

MEMÓRIAS DE UMA EDUCADORA: CONEXÕES ENTRE VIDA E PROFISSÃO

ELCIMAR SIMÃO MARTINS

SEDUC/CE. E-mail: professorelccimar@yahoo.com.br

MARIA CLEIDE DA SILVA RIBEIRO LEITE

UECE. E-mail: arapiuna@yahoo.com.br

MARIA DAS GRAÇAS DE ARAÚJO

UFC. E-mail: graça_ita@yahoo.com.br

Introdução

A história da educação brasileira ao longo do seu percurso tem apresentado uma imagem fragmentada, excludente e uma lógica antagonica. A educação no Brasil nasceu com a finalidade de sanar a ociosidade de indivíduos abastados economicamente, desobrigados ao labor do trabalho. Implicitamente, a educação vem se mantendo com os ideais elitistas desde a sua origem, qual seja, ajudar a manter os desniveis sociais, privilegiando uma classe em detrimento de outra. Em outras palavras, isto significa uma minoria capaz de compreender os ensinamentos significativos e, deste modo, chegar ao estado de cultura.

A educação nos dias atuais se constitui como um direito assegurado pela Constituição Federal de 1988 e pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9394/96. Conforme artigo 2º da LDB, a educação tem por finalidade promover “o desenvolvimento pleno do educando, sua preparação para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho”.

O artigo aborda uma história de vida que se fez nas margens da exclusão social e foi à superação de cunho profissional. A pesquisa foi realizada com uma professora do distrito de Pedra Branca, Aracoiaba-CE. O município é localizado na região do Maciço de Baturité, a setenta e cinco quilômetros de Fortaleza. As famílias do distrito de Pedra Branca apresentam baixo poder aquisitivo, em sua

maioria vivem basicamente da agricultura de subsistência agrária, existem alguns aposentados e pensionistas do Instituto Nacional de Seguridade Social, pequenos comerciantes, além de algumas famílias beneficiadas pelo programa Bolsa Família do governo federal (MARTINS, 2011).

Com a finalidade de investigar as bases de surgimento da docência no distrito de Pedra Branca, sobretudo, conhecer as práticas didáticas desenvolvidas em sala de aula na década de 1950, práticas estas que também constituíram a identidade profissional do sujeito ora investigado, apresentamos os seguintes questionamentos: Em quais circunstâncias se desenvolveu a história de vida profissional do sujeito investigado? De que maneira se deu o percurso de formação e atuação profissional? Quais práticas educativas foram possíveis?

O estudo foi desenvolvido numa perspectiva qualitativa, baseada nas narrativas de história de vida. Para tanto, foi desenvolvida uma longa entrevista narrativa com o sujeito da pesquisa. Exploramos também os espaços citados pela professora, como a praça, a Igreja e a Escola de Ensino Fundamental Vicente Nonato, onde ela lecionou por quarenta anos. Examinamos também registros fotográficos, documentos pessoais e profissionais.

Como aporte teórico, nos apoiamos nas ideias de Vicentini; Lugli (2009) e também dialogamos com Saviani (2007), Nóvoa (2000), Martins (2011), dentre outros, que nos ajudaram a refletir sobre o objeto pesquisado.

Apoiamo-nos na concepção de homem como um ser pensante, autônomo e capaz. Assim, compreendemos que as histórias de vidas não poderão ser dissociadas das histórias profissionais. Como nos diz Nóvoa (2000), somente uma história de vida favorece a compreensão da maneira como cada pessoa se transforma. Desta feita, entendemos que as histórias de vida evidenciam a cultura de um povo, a mobilidade de valores e os diversos conhecimentos num movimento de construção da identidade, em constante diálogo com o contexto.

Partindo do entendimento de Nóvoa (2000), buscamos investigar a história de vida e formação de uma professora que fez história na educação do município de Aracoiaba, precisamente no distrito de Pedra Branca. O universo explorado é um campo carente de investigação, pois encontramos uma riqueza histórica às margens da pesquisa acadêmica e do conhecimento de muitos. Chegar ao distrito já se caracteriza um desafio, pois suas estradas ainda nos dias atuais apresentam difícil acesso.

Escolhemos investigar a história de vida e profissão da professora Noeme Nere, em virtude de ser uma das primeiras professoras do Distrito de Pedra Branca, ser a única das professoras da década de 1950 ainda viva e continuar naquele distrito lucidamente contribuindo com a história da educação através de suas memórias.

Somos conhecedores de que ninguém reconstrói o passado, isto é fato. Porém, a lógica investigativa nos leva a desvelar o passado e por meio da interpretação compreender os fatos históricos e assim, buscar entender o percurso da humanidade.

História da profissão docente

Iniciamos esta reflexão sobre a história da profissão docente no Brasil, pontuando as reais condições pelas quais os professores desenvolveram seu ofício. Para a escrita deste tópico nos apoiamos nas ideias de Vicentini; Lugli (2009).

A profissão docente teve início com professores despreparados, desqualificados e condicionados à disciplina imposta por meio da violência física e psíquica. Os professores eram orientados a fazer uso de instrumentos repressores com seus alunos objetivando manter a ordem no ensino vigente.

Passados muitos anos começou a se pensar métodos e atitudes mais didáticas e pedagógicas, que objetivavam a melhoria progressiva das mudanças educacionais. Durante todo o império prevaleceu a precariedade do ensino, bem como, ausência de qualquer

metodologia pedagógica. No período republicano foi almejada uma nova ordem de melhoria dos padrões de ensino a partir dos mestres imperiais. Surgem no século XIX as primeiras constatações na área pedagógica; os registros da história da profissão docente nos mostram o nivelamento da categoria, embora ocorresse diferença quanto à condição da vida social (VICENTINI; LUGLI, 2009).

Os mestres de primeiras letras deveriam ser licenciados para a “cadeira”, fosse o ensino público ou particular; todos deveriam obrigatoriamente passar pelo curso de licenciamento. Porém, os ensinamentos se diferenciavam quanto às condições de trabalho, havia fiscalização para uns e outros não. Os padres, por exemplo, e os seus auxiliares leigos não eram fiscalizados pelo governo ao ensinar nas residências. Havia um segundo nível de ensino concernente à categoria mais elevada e se apresentava como diferencial entre os professores: o ensino sobre retórica, gramática, grego e filosofia. Os professores públicos e particulares submetiam-se a concursos para obter o direito de ensinar a obtenção, ou seja, a “cadeira” que o credenciaria professor. Uma vez julgados capazes estariam aptos a receber sua carta de recomendação, assinada pelo emérito católico. Na oportunidade, também era verificado o conteúdo que o professor se propunha a ensinar. Os mestres de primeiras letras ensinavam a ler, escrever, contar e os ensinamentos da religião católica para que as pessoas tornassem bons cristãos. E assim, prosseguia a sistemática de formação dos professores conforme os níveis de ensino da época.

Conquistada a oportunidade de ensinar, caberia ao profissional providenciar o mínimo necessário para efetivação dos ensinamentos. Tal material incluía bancos para assentos dos alunos, caixotes, tamboretas, mesas, cadeira, além do local para o desenvolvimento das lições. Imagina-se a condição de improvisação da sala de aula, além disso, o método de ensino era individualizado, cada aluno deveria dar sua lição, enquanto os demais permaneciam calados esperando a sua vez. As aulas duravam em média de três a

quatro horas e se pautavam no castigo para os que desobedecessem as ordens determinadas. Um instrumento de madeira conhecido como palmatória era frequentemente utilizado para disciplinar as crianças mais astutas, dificilmente alguém contrariaria a ordem estabelecida. Porém, se os estudantes não soubessem a lição ou as contas de matemática também eram submetidos a palmadas, que chegavam a provocar marcas acentuadas e inchaços.

No final do século XIX, os parlamentares criticavam o estado precário das condições em que se davam o ensino. Nesta perspectiva tais intelectuais, constatavam que o Brasil estava atrasado em relação a outros países que cultivavam outras práticas educativas. Em 1821, aumenta a demanda estudantil em virtude da lei do ventre livre. Amplia-se a discussão sobre a necessidade de formação de mais professores para dar conta da demanda estudantil. Discute-se também a inclusão de novos materiais didáticos e pedagógicos, dentre outras questões pertinentes. Considerando a limitação de tais propostas, mesmo assim, constatou-se que houve alguns avanços na estruturação e na organização do processo de ensino. Implantou-se neste período o método Lancaster.

Apesar da continuidade da precariedade no ensino, o método Lancaster instituído por lei em 1827, altera a sistemática de ensino, inclui novas estratégias de aprendizagem. Os ensinamentos antes individualizados, com o método Lancaster passam a ser ministrados em grupos, porém as demais condições continuavam as mesmas.

Em 1889, com a Proclamação da República demarca-se a instauração de um novo regime de governo e cria-se a escola para o povo, com o intuito de elevar a instrução pública ao país. Conforme Vicentini; Lugli (2009), quase nada mudou na fase republicana. Continuaram as antigas aulas régias, o ensino de primeiras letras, permaneciam as mesmas práticas que distanciavam as crianças da vida escolar. Somente no final do século XIX ocorreram iniciativas de estruturação da educação escolar. Precisamente, em 1894, foi

criada a Escola Normal da Praça da República, que serviu de modelo para a formação de professores do estado. Prometia revolucionar o ensino por meio do método intuitivo, utilizado em outros países considerados avançados no ensino.

Nesta fase a história da profissionalização docente brasileira foi influenciada por outros países. Contrataram profissionais estrangeiros para assinalar os primeiros indícios da pedagogia nova nas escolas. Além da criação da escola de formação modelo, foram criados também os grupos escolares, repensando desta forma a escola isolada do professor único. Nesta fase do grupo escolar os professores enfrentavam novos problemas relacionados à frequência dos alunos.

Os normalistas da escola modelo de formação pontuavam mais e eram lotados nos centros urbanos mais desenvolvidos. Enquanto os professores que pontuavam menos ensinavam na zona rural dos locais mais longínquos possíveis. Os professores de baixa pontuação enfrentavam sérias dificuldades ao se deslocarem para outros lugares distantes da sua família de origem e passavam a morar de favores em casa de outras famílias. Outro ponto relevante era o baixo salário, pois alguns professores do pouco que ganhavam tinham que investir na formação dos próprios estudantes menos desenvolvidos cognitivamente para que desta forma obtivessem mais rapidamente a transferência para um espaço mais prestigiado. Só havia duas condições para conseguir a transferência e sair desta condição de trabalho: a primeira era ensinar as crianças para conseguir avaliação satisfatória pelos inspetores, a outra condição, seria usufruir de prestígio político.

Desta forma, os professores foram conduzidos a três categorias funcionais: professores complementares – apresentavam formação precária; professores normalistas substitutos – sem concluir o estágio na Escola Normalista; e os professores formados na escola modelo – atuantes nas escolas de referência. Nesta fase da história houve uma explosão de professores normalistas substitu-

tos, o que favoreceu a contratação e a permanência do quadro de professores substitutos. Os próprios professores não apresentavam interesse para ser concursado, em virtude de enfrentar a condição de deslocamento (VICENTINI; LUGLI, 2009).

Ao longo do século XX, acelerou o crescimento sobre o número de vagas destinadas à escola primária conforme a demanda populacional. Este crescimento elencou diversos problemas relacionados à desnutrição, à exclusão social e cultural, de origem racial, dentre outras.

Na década de 1950, surgem os incentivos sobre a necessidade de formar o maior número de professores para dar conta desses desafios. Nasce a escola normal como fomentadora da melhoria das práticas educacionais. Surge a preocupação com a primeira infância e novos métodos de aprendizagens preconizados pela escola nova. Nesse período começa o movimento da não reprovação dos alunos, os questionamentos sobre evasão e repetência escolar. Começam as dúvidas em relação à eficiência dos professores. É legado aos professores o sucesso ou o insucesso estudantil.

Na década de 1960, as escolas são visivelmente questionadas, cresce o desprestígio. Diante deste feito, associações e sindicatos organizam-se em prol da categoria na militância por valorização e remuneração salarial. Em meio a esta fase da história da profissão docente há que ser mencionado o período militar que contribuiu fortemente para a desarticulação e desvalorização dos profissionais da educação. Os professores não tinham autonomia, ganhavam miseráveis salários e subjugados a disciplina militar.

Na década de 1970 inicia-se a reestruturação dos movimentos organizativos pela democratização do ensino, por melhores salários e mais qualidade na efetivação da política educacional. De 1980 a 1990, configura as iniciativas de formação visando à qualificação inicial e contínua dos professores da rede pública. Os Parâmetros Curriculares Nacionais expressam uma seleção e organização de conteúdos a serem ensinados, preconizando autonomia do ensino.

Neste momento histórico, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº9394/96 determina a qualificação em nível superior para todos docentes da educação básica. Entendida por alguns pesquisadores como um período crítico, quando os professores foram “obrigados” a buscar a certificação ou a qualificação, o que pode ter contribuído para a “desprofissionalização” da categoria. Diversas circunstâncias foram refletidas neste contexto histórico, desde as condições para a formação, as questões emocionais, sociais e culturais.

Acrescentamos às circunstâncias do século XXI as fortes pressões vividas pelos professores nos dias atuais. Ainda carecemos de profundas reformas na sistemática de formação que atendam às reais necessidades da categoria.

Conhecer a história da formação de professores no Brasil é fundamental para a compreensão da história de vida pessoal e profissional de Noeme Nere, em Pedra Branca, Aracoiaba-CE.

Vida e formação da professora Noeme Nere: uma história que se fez na profissão

Impressões iniciais não ditas: a forma de vida dos moradores do distrito de Pedra Branca transmite a mais pura simplicidade. Inexiste oportunidade de trabalho para as famílias da comunidade. As condições de moradia, inclusive da professora Noeme retrata a forma simples de vida no distrito. Além do retrato de simplicidade, outra imagem forte é a religiosidade. Na janela da casa da professora investigada encontramos uma imagem de Jesus Cristo, posicionada de frente para a vila, além de vários quadros expostos na parede da sala, retratando imagens de santos da igreja católica e um altar de orações e devoções, que também decorava o espaço que nos acolheu no momento da entrevista.

Realizamos a entrevista narrativa com a professora Noeme Nere, em 2010 e contamos com o apoio de Rosemary Santana Ma-

tos.¹ Conforme a professora Noemi, a primeira professora de Pedra Branca foi Petronília Figueiredo, trazida pelo senhor José Eduardo de Freitas, evangélico, que tinha como principal meta disseminar as ideias de sua religião com os moradores do povoado. A professora Petronília ficou pouco tempo devido a sua religião evangélica. O senhor Vicente Nonato por meio de suas posses, mobilizou a comunidade local e a expulsou rapidamente.

Depois veio a professora Julia Arruda, que foi a primeira professora de Noeme. Em seguida, veio Antonieta Holanda, trazida do distrito de Antonio Diogo, município de Redenção. Tal afirmativa confirma o deslocamento de professores de uma comunidade para outra, as condições de moradia e de trabalho, conforme Vicentini; Lugli (2009).

Perguntamos à professora Noeme, o que ela lembrava de sua primeira professora. Segundo ela, “Era muito boa, ótima, excelente. Todo mundo aprendia com ela. Era muito diferente da aula de hoje. Ela passava lição. Nessa época chamava lição decorada. Era assim. A professora passava três ou quatro folhas e mandava decorar”.

Perguntamos quais eram os conteúdos e como eram ministrados. Prontamente, ela nos respondeu que se dava por meio de perguntas e respostas. Ainda guardava em sua memória algumas das perguntas e respostas que a época decorou: “O que é geografia? É a inscrição da superfície da terra. E o que é a terra? É um planeta e um globo que rola no espaço”.

Observamos que como método de memorização, fruto de um ensino tradicional, a educação atingia o seu objetivo, pois passadas inúmeras décadas, a professora lembrava lucidamente de questões trabalhadas em sua época de estudante. É válido ressaltar que os ensinamentos eram recebidos de forma acrítica pelos estudantes.

Investigamos também como se dava o ensino de matemática. Obtivemos as seguintes informações. “Era na palmatória. Se estudava tabuada cantando $2 + 1 = 3$; $3 + 1 = 4$; $4 + 1 = 5$. Eu peguei muita

¹ Superintendente do Patrimônio Histórico e Cultural de Aracoiaba.

rodada boa, nunca ganhei nenhum bolo, era rápida no raciocínio e pegava a rodada toda. Quem acertava batia em quem errava”.

Acentuam-se deste modo os castigos físicos na formação básica e conseqüentemente a reprodução desta sistemática em sua profissão. Enquadramos essa postura docente na concepção de educação tradicional, por transmitir padrões de normas, conteúdos separados da realidade, memorização, aprendizagem mecânica pautada na estratégia da repetição. A relação professor e aluno caracterizava-se pela passividade, o professor ensinava e o aluno recebia o que lhe é ensinado.

Investigamos a decorrência das práticas de ensino nas outras áreas. Perguntamos se existiam livros e quais materiais existiam. Segundo a entrevistada se dava da seguinte maneira: “A professora ensinava português, tinha lição todo dia, e também fazia ditado. Tinha livro, era a Carta de ABC,² a Cartilha do povo,³ a Cartilha da Laurita”.⁴ Noeme mencionou o ensino de poesia e recitou a poesia intitulada “A pequena”:⁵

*“Olhem todos para mim,
vejam quanto sou pequena,
mimosa, como uma açucena,
franzina como um botão,
porém vou a escola estudar minha lição,
minha mestre me quer bem,
o papai e a mamãe também faz assim”.*

A entrevistada fala que estudou desta até a quarta série. Começa nesta fase de vida a sua atuação docente. Em 1957 passou a ensinar até a quarta série. Foi uma iniciativa da própria investigada

² Representa o método tradicional de alfabetização, o método sintético, que trabalha a correspondência entre o som e a grafia. O aprendizado se dá letra por letra, sílaba por sílaba e, depois, palavra por palavra.

³ De autoria de Lourenço Filho, foi utilizada para a alfabetização, dos anos 20 aos anos 80.

⁴ Acreditamos que seja a “Nova cartilha analytico-synthética” (Mariano de Oliveira), que traz textos da “menina Laurita”.

⁵ Não localizamos a autoria.

com o apoio da comunidade. Tinha quarenta e cinco alunos e os ensinava individualmente. Ela afirma que “nesse tempo professor trabalhava muito”. Em 1958, a escola passou a pertencer a Associação dos educadores de Aracoiaba. Registra-se nessa época enorme esforço para fazer chegar o ensino das primeiras letras nos locais mais longínquos possíveis. Sua remuneração financeira era coletada na comunidade, depois passou a depender da associação e, posteriormente, da prefeitura.

Comecei ensinar pela prefeitura (...). Em 1972 foi um grande esforço do padre. Ele convidou o juiz Dr. José Bruno e o juiz levou o prefeito, que na época era o José Gadelha. Preparei meus alunos todos fardados e surpreendi os convidados. Eu mesma inventei a farda. O juiz expressou admiração e o prefeito também, com ar de muito admirado falou: “me disseram que aqui não tinha quem ensinasse”. E o juiz se posicionou: “nomeie a professora, senhor prefeito”. De pronto, fui nomeada, na frente do Juiz e do padre. Recebi meu pagamento pela prefeitura e era só isso. Nada mudou. As condições de trabalho eram as mesmas (fala da investigada).

Observamos o uso do poder religioso, que influenciou o judiciário para que assim se conseguisse uma garantia mínima por parte do poder executivo. Segundo a professora as condições de trabalho continuaram improvisadas, não havia assentos para os alunos, faltava material e o próprio local de funcionamento continuou em sua residência. Depois a comunidade cedeu um espaço de dois compartimentos: um quarto no qual ficavam as meninas e os meninos ficavam no alpendre.

Perguntamos se existia a formação e como tal formação acontecia. Segundo ela: “Para ensinar até a sexta série passei quarenta dias em Baturité fazendo um curso lá no mosteiro dos jesuítas e recebi o certificado de oitava série”. Posteriormente, foi para o município de Redenção fazer o curso da Cartilha da Ana e do Zé.⁶

⁶ Elaborada para as escolas de 1º grau da zona rural.

Afirma ainda: “era assim, quando eu comecei ensinar não tinha formação não, a gente ensinava o que sabia, depois foi aparecendo”.

Percebemos o ensino associado a outras atividades coordenadas e desenvolvidas por iniciativa da professora. A professora Noeme ensinava poesias aos alunos, preparava-os para a primeira eucaristia, para o desfile cívico do 7 de setembro, organizava atividades culturais, como drama, quermesse, dentre outras.

A educação não acontece fora da realidade, está inserida num lugar, num tempo e num espaço. Ao ser contextualizado, expresso em um movimento de relações de poderes entre o ser e o ter, permeia as forças contraditórias dos meios produtivos, da lógica capitalista, privilegia o percurso de alienação, concomitante a condição de vida e de emancipação (SAVIANI, 2007).

Na ocasião da entrevista, Noeme, orgulhou-se de ter vários alunos espalhados em diversas partes do mundo. Destacou também sua contribuição na vida social e comunitária. Como professora contribuía também na saúde segundo a sujeita morriam muitas crianças na primeira infância. As condições da saúde pública eram precárias, não existia nenhuma espécie de atendimento. Acrescentou também efetiva participação na igreja católica, afastou-se das atividades docentes em 1986 e continuou indo a igreja de cadeira de rodas para preparar as crianças para a primeira eucaristia e ministrar reunião de batismo com as famílias.

Deste modo, o percurso da educação brasileira, da educação cearense e de seus municípios tem se configurado por intensas lutas, conflitos e disputas em torno do papel social da escola e da atuação do professor.

Considerações finais

A história de vida e de profissão da professora Noeme Nere está intrinsecamente ligada à história do distrito de Pedra Branca, Aracoíaba-CE. Compreendemos que, não diferente de outros mu-

nicípios e da própria história da educação brasileira, as bases do ensino nasceram fragilizadas e, algumas vezes, a revelia do poder público.

Como em muitos recantos brasileiros os ensinamentos eram repassados às crianças por meio da forma física e da violência psicológica. Faltava professor qualificado, além de adequadas condições de trabalho. A precariedade era visivelmente acentuada.

A professora investigada retrata muitos professores brasileiros, que fizeram da profissão a razão da própria vida. Com uma instrução mínima, Noeme começou a lecionar e soube aproveitar as poucas oportunidades de formação, embora tendo que ficar afastada de seu município.

A partir da educação a professora movimentava todo o distrito de Pedra Branca, passando pelas questões sociais, religiosas e de saúde. Mobilizava a comunidade, buscava apoio e acionava as autoridades competentes para garantir o mínimo necessário ao exercício da docência. Ainda há muitas histórias a serem contadas e um longo caminho a ser percorrido.

Referências bibliográficas

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado Federal, 1988.

_____. **Lei n. 9.394**, 20 de dezembro de 1996: estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da União. Brasília, v. 134, n. 248, dez. 1996.

MARTINS, E. S. **Leitura e Trabalho Pedagógico**: trajetórias e experiências de professores. Fortaleza: SEDUC, 2011.

SAVIANI, D.; **Histórias das ideias pedagógicas no Brasil**. Campinas/SP: Autores associados, 2007.

VICENTINI, P. P.; LUGLI, R. G.; **História da profissão docente no Brasil**: representações em disputa. São Paulo: Cortez, 2009.